

TERRITÓRIO DA DESIGUALDADE: POBREZA, FOME E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Patrício Aureliano Silva CARNEIRO¹

Mirlei Fachini Vicente PEREIRA²

Resumo

O artigo aborda as desigualdades encontradas no território brasileiro, dando destaque para alguns dos principais problemas enfrentados pela sociedade no atual período – a pobreza, a fome e a concentração fundiária.

Palavras-Chave: Desigualdade; Território Brasileiro; Pobreza; Fome; Concentração fundiária.

Abstract

A territory of inequalities: poverty, hunger and concentration of lands in contemporary Brazil

The article approaches the inequalities found in the Brazilian territory, giving prominence for some of the main problems faced by the society in the current period - the poverty, the hunger and the concentration of lands.

Key-words: Inequality; Brazilian Territory; Poverty; Hunger; Concentration of lands.

¹ Professor Substituto do Curso de Geografia, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa – MG. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Disparidades Regionais. patricio@ufv.br

² Professor Substituto do Curso de Geografia, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa – MG. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro. mirleipereira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A intensificação da dualidade riqueza/pobreza é um distintivo marcante do processo de acumulação capitalista atual, caracterizado pelo desenvolvimento desigual e excludente, o qual tem agravado a dimensão das desigualdades sociais, tal como é o caso da miséria e da fome nos países pobres, produzindo assim uma geografia de desigualdades nos territórios. A pobreza se instala nestes países como um processo inerente ao desenvolvimento capitalista comum do período de globalização. Como destaca Henrique Rattner, "Este processo [a pobreza] gera um contingente crescente de pessoas excluídas, desempregadas e que não participam do mercado de consumo e de atividades culturais e políticas" (RATTNER, 2002, p.23).

Para Milton Santos, a generalização atual da pobreza lhe confere um caráter estrutural, nas palavras do autor,

Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que esteja mais presente nos países já pobres. Mas é também uma produção científica, portanto voluntária da dívida social, para a qual, na maior parte do planeta, não se buscam remédios (SANTOS, 2000, p.69).

Nos países periféricos do sistema capitalista contemporâneo, uma das características mais marcantes deste processo de reprodução da pobreza e da miséria é a fome crônica e generalizada entre milhões de indivíduos que, por gerações, apenas receberam por herança o descaso das políticas públicas.

A fome e a pobreza, por exemplo, fazem parte daquilo que Nurkse (1952, *apud* CASTRO, 1968) denominou de "círculo vicioso da pobreza", se comportando como dois fatores de ação cumulativa e interdependente, fazendo com que os famintos não se alimentem porque não dispõem de meios para produzir, devido à sua pobreza, e não produzam porque são famintos.

A pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, sendo diagnosticada não somente do ponto de vista da renda, mas de exclusão ao acesso à saúde, à educação, à terra, à política, entre outros. A fome pode ser compreendida a partir de duas dimensões: uma sendo "epidêmica" e outra podendo ser caracterizada como "endêmica", segundo Josué de Castro (1946). Ainda segundo o autor, a fome "endêmica" é compreendida como fome parcial, a fome oculta, devido à falta de determinados elementos nutritivos, enquanto que a fome "epidêmica" é aquela permanente, que constitui um fenômeno estrutural.

A fome não é um processo recente, porém ela se intensifica, de forma assustadora, a partir da maximização do desenvolvimento desigual e excludente, característico do processo de acumulação capitalista, que, dialeticamente, é reprodutor da pobreza.

Assim, os fenômenos da pobreza e da fome são graves fatores de desagregação econômico-social e geográfica de um país ou região. Castro (1964) mostra que o "círculo vicioso" de reprodução da pobreza e da fome é capaz de arrastar os grupos pobres e famintos para os caminhos mais estranhos, tudo para satisfazer o flagelo e a aflição do desejo de se alimentarem. No Brasil, por exemplo, a enorme contradição entre crescimento da produção agrícola e, ao mesmo tempo, o aumento da população de famintos, indica que o país tem obtido muito mais êxito em produzir alimentos do que em distribuí-los de maneira adequada.

A CONTRADIÇÃO ENTRE O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E A PERSISTÊNCIA DA FOME NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Inúmeros autores defendem que as vitórias contra a pobreza, a miséria e a fome se resumem na aplicação, em larga escala, de todos os conhecimentos científicos e tecnológicos à agricultura³, visando uma produtividade maior que, então, suprimiria as necessidades de alimentação da população como um todo. Porém, o uso que se deu à técnica e à ciência ao longo da história garantiu apenas safras cada vez mais elevadas, incitadas pela exigência contínua de ampliação dos mercados, vencendo por vezes as adversidades naturais dos meios mais hostis (como no caso de certas regiões do território brasileiro), mas que, no entanto, não resolveram o problema da fome entre a crescente população de pobres e miseráveis no conjunto da sociedade

Esta revolução na produtividade agrícola atribuiu novos elementos ao território brasileiro, fazendo com que este passasse a servir política e tecnicamente aos interesses das grandes empresas multinacionais produtoras de sementes, insumos e máquinas. Agora é o capital estrangeiro quem determina o que será produzido no território nacional, regulando também as safras, os preços e o destino da produção, ora subjugando as políticas governamentais, ora se apoiando nas mesmas quando o discurso e a ação do poder público os beneficiam, o que acaba por gerar consequências sociais desastrosas no território. Assim, a produção dos gêneros alimentícios básicos da sociedade brasileira é substituída pelas culturas que interessam ao mercado internacional, revelando um uso alienado do território, no que tange às necessidades nacionais.

As diferentes densidades técnicas que o homem impôs à natureza visando à transformação das hostilidades naturais e (re) adaptação dos lugares (RAMALHO, 2003), constituem agora um importante elemento de explicação da diversidade dos mesmos, pois a sua distribuição desigual acarreta, dialeticamente, riqueza-abundância e pobreza-escassez no território.

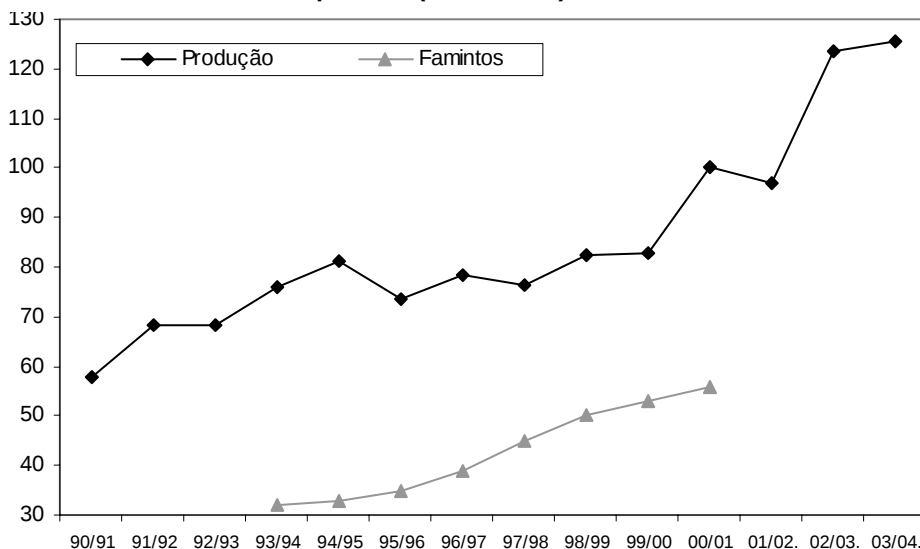
Acentuaram-se os processos de diferenciação e integração entre as regiões produtivas, construindo espaços hegemônicos do ponto de vista econômico, e ao mesmo tempo espaços subordinados e excluídos das atividades agrícolas mais proeminentes. Giulio (2003) aponta que dos 4,6 milhões de agricultores do país, cerca de 4,1 milhões são agricultores familiares, com pouca terra e acessos limitados a créditos e tecnologias. Os outros 500 mil agricultores são os que detêm as maiores parcelas da terra e das tecnologias modernas de produção.

No Brasil, o uso intensivo da técnica, comum do meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001), por parte dos agentes hegemônicos da produção, permitiu alavancar a produção agrícola, oferecendo mais oportunidades de acumulação aos grandes grupos produtivos nacionais e principalmente internacionais, deixando de fora o resto dos produtores. Essa evolução tecnológica seria suficiente para produzir alimentos para toda a população, porém, paralelamente ao crescimento da produção e produtividade agrícolas, assiste-se a uma ampliação da população de famintos no território.

A figura 1 mostra o crescimento da safra de grãos, em milhões de toneladas, no período de 1990 a 2004, e da população de famintos, em milhões de pessoas, no período de 1994 a 2001, no Brasil.

³ Para mais detalhes sobre esse assunto, consultar Parker (1966), Bernarde (1971), Teixeira (2003) e Norman Borlaug *apud* Edward (2004).

Figura 1 - Crescimento da safra de grãos em milhões de toneladas (1990/91-2003/04) e da população de famintos em milhões de pessoas (1994-2001) – Brasil



Elaboração do Autor. Dados: IBGE (2004) e FGV (2001).

Observa-se que, desde o início da década de 1990, o Brasil tem apresentado um crescimento sem precedentes da sua safra de grãos⁴, que na última safra (2002/03) já era o dobro daquela do princípio da década. Em contrapartida, desde o começo da década de 1990, a população de miseráveis e famintos também vem crescendo no país⁵. Este crescimento desigual, gerador de riqueza para poucos e de pobreza e fome para muitos, revela a dialética entre abundância e escassez, num país que possui uma das maiores áreas agricultáveis do mundo.

Isto comprova que a solução do problema da fome não reside na ampliação sucessiva da produção de alimentos, levando-nos a compreender que se trata de uma questão política, que não prioriza as formas de distribuição daquilo que é produzido no território.

A ampliação da pobreza e da fome não pode ser compreendida sem a discussão da abundância da produção agrícola brasileira, atualmente observada na extrema concentração da renda devido à intensificação da técnica, da informação e da circulação em algumas partes do território brasileiro, contrastando com a escassez generalizada de alimentos, que aflige grande parte da sociedade.

A legitimação da modernização agrícola brasileira, da forma como tem sido conduzida nas últimas décadas, e visível nas políticas estatais e nos discursos das

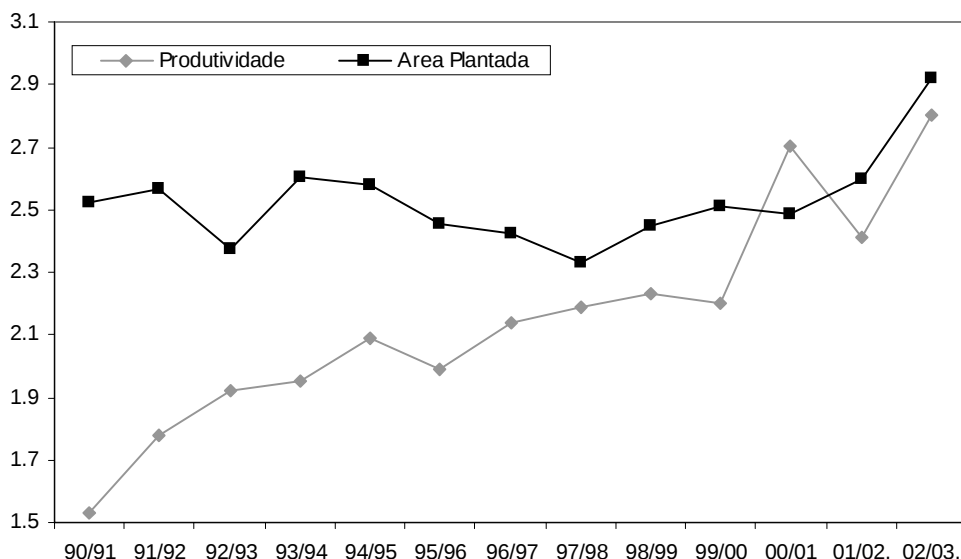
⁴ Grãos corresponde às culturas de soja, arroz, feijão, milho, trigo, caroço de algodão, amendoim, aveia, centeio e girassol. A safra de grãos para o ano de 2003/04 é uma estimativa do IBGE (2004a).

⁵ Não foram encontradas estatísticas para a população de famintos no Brasil antes de 1993/94 e posteriormente a 2000/01.

grandes empresas estrangeiras (desde o seu início com a Revolução Verde), tem sido caracterizada por justificar o aumento da produção de alimentos para garantir a “segurança alimentar” do país. Porém, este avanço na produção agrícola, que tem como objetivo o mercado externo, tem colaborado com a reprodução maciça da escassez no território, observada na grande massa de miseráveis no campo brasileiro e também nas periferias das grandes cidades.

A despeito de a área plantada ter se mantido relativamente constante desde o princípio da década de 1990, a produtividade agrícola vem aumentando de forma intensa. A figura 2 mostra a produtividade, em Kg/ha, e a área plantada, em hectares, para a safra de grãos no período de 1990 a 2003 no Brasil⁶.

**Figura 2 - Área plantada (ha) e produtividade (kg/ha)
Safra de grãos 1990/91 a 2002/03 - Brasil**



Elaboração do Autor. Dados: IBGE (2003).

A comparação entre área plantada e produtividade agrícola revela que o crescimento da produção de grãos, visível nos ganhos contínuos de produtividade, apesar da área ter se mantido relativamente constante, tem sido sustentado pela introdução maciça de tecnologia e informação à produção, possibilitando um uso intensivo da terra nas áreas mais modernizadas do campo. Em contrapartida, se observa a exclusão dos pequenos produtores, devido à concentração da terra e ao uso das novas tecnologias, fatos ocultados em trabalhos como o de Souza; Lima (2003)⁷.

⁶ Área plantada em 15 milhões de toneladas para efeito de comparação. Ex: para área plantada = 2,5 no gráfico, tem-se $2,5 \times 15 = 37.500.000$ de hectares.

⁷ Souza; Lima (2003) refutam a hipótese de relação entre modernização agrícola e aumento da concentração da terra no período de 1970 a 1995/96 no Brasil. Os autores ainda sugerem que nos estados que passaram por um processo mais intenso de modernização agrícola, o que houve foi um movimento de predominante desconcentração.

Assim, os recordes nas safras agrícolas mostram que o Brasil ainda não produz alimentos para garantir a “segurança alimentar” da sociedade, mas principalmente para maximizar o crescimento das exportações e a acumulação de uma parcela ínfima dos produtores.

CONCENTRAÇÃO DE TERRA E AMPLIAÇÃO DA ESCASSEZ NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A concepção que se tinha até o final da década de 1960 era que uma população crescente, em presença de suprimentos alimentícios decrescentes ou fixos, daria origem à generalização da fome, da má nutrição e da agitação social. Os teóricos “neomalthusianos”, como foram chamados, defendiam ainda que em muitas áreas do mundo, o sistema de minifúndios limitava a terra apropriada para a agricultura.

Castro (1968), à luz dos fatos biológicos e sociais, mostrou que a superpopulação era antes de tudo uma consequência da fome. Em sua Geopolítica da Fome o autor destaca que as imensas massas humanas que habitam certas regiões da China não são mais do que subprodutos da fome, pois nos calamitosos períodos de fome e de pestes, as populações aceleravam sempre a marcha do seu crescimento; e por fim, os países de maior miséria alimentar são também, paradoxalmente, aqueles nos quais as populações crescem com mais intensidade, como é o caso de grande parte dos países africanos.

O produto cultivado determina claramente a forma de propriedade da terra. Culturas como a cana-de-açúcar, a soja, entre outras, estimulam ao máximo a monocultura, o latifúndio e a sua exploração por capitalistas ausentes. Os grandes grupos empresariais, detentores e/ou financiadores da exploração da maior parte das terras agricultáveis do país, implementam políticas incentivadas pelo Estado visando à obtenção de lucros cada vez mais orbitantes, não se atendo no desenvolvimento social das populações locais.

A figura 3 mostra a porcentagem das terras ocupadas pelas propriedades acima de 500 hectares (ha) nas 558 microrregiões dos estados brasileiros, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE em 1995/96.

Como se observa, a concentração de terra no Brasil ainda é um dos maiores entraves à superação da pobreza e da fome, visto que em algumas microrregiões brasileiras, as propriedades acima de 500 ha chegam a ocupar 99% da área, gerando um extremo impacto social. Essa concentração excessiva da terra coincide, em grande parte, com as áreas destinadas às grandes monoculturas e/ou à pecuária extensiva.

A análise do mapa infere que a concentração de terra é característica de quase todos os estados brasileiros, sendo menos expressiva apenas nos Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, onde o grau de concentração de terra é baixo. Isto nos permite afirmar que o latifúndio e a monocultura e/ou pecuária se territorializam, paralelamente, por quase todo o Norte, Nordeste e Centro-Sul do país, se constituindo num dos fatores ideais para desenvolvimento e ampliação da pobreza e da fome no Brasil.

Na contramão do processo de concentração fundiária, quando se analisa a porcentagem da área ocupada pelas propriedades com menos de 10 ha, vê-se que as mesmas se comprimem em pequenas “ilhas” no território brasileiro, devido à restrição da terra pelos grandes latifúndios. A figura 4 expressa a porcentagem das terras ocupadas pelas propriedades com menos de 10 ha nas 558 microrregiões dos estados brasileiros, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE em 1995/96.

Figura 3 - Porcentagem das terras ocupadas pelas propriedades acima de 500 ha nas microrregiões brasileiras em 1995-96

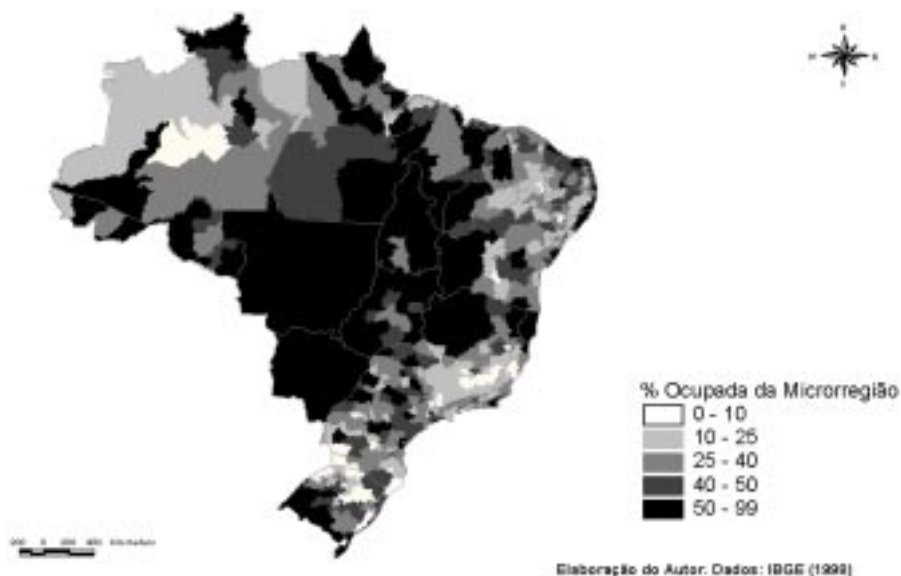
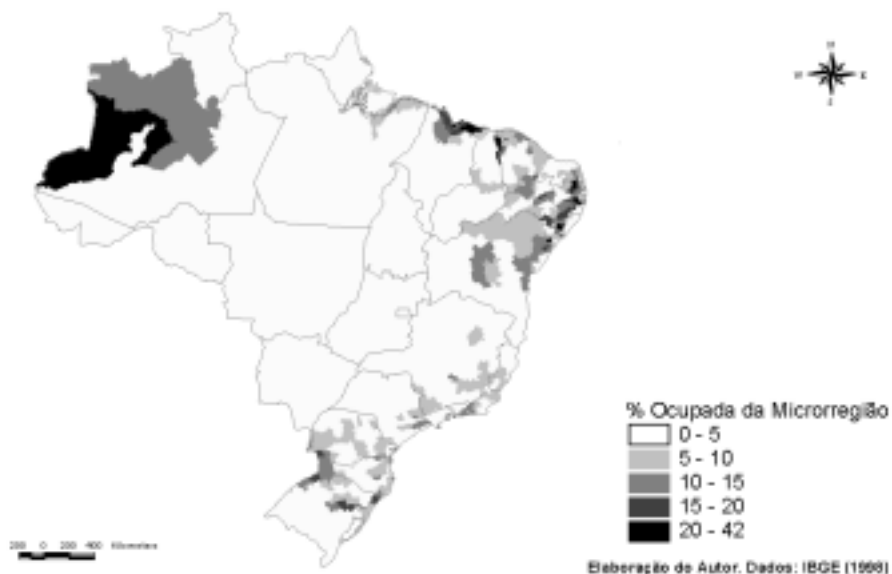


Figura 4 – Porcentagem das terras ocupadas pelas propriedades com menos de 10 ha nas microrregiões brasileiras em 1995/96

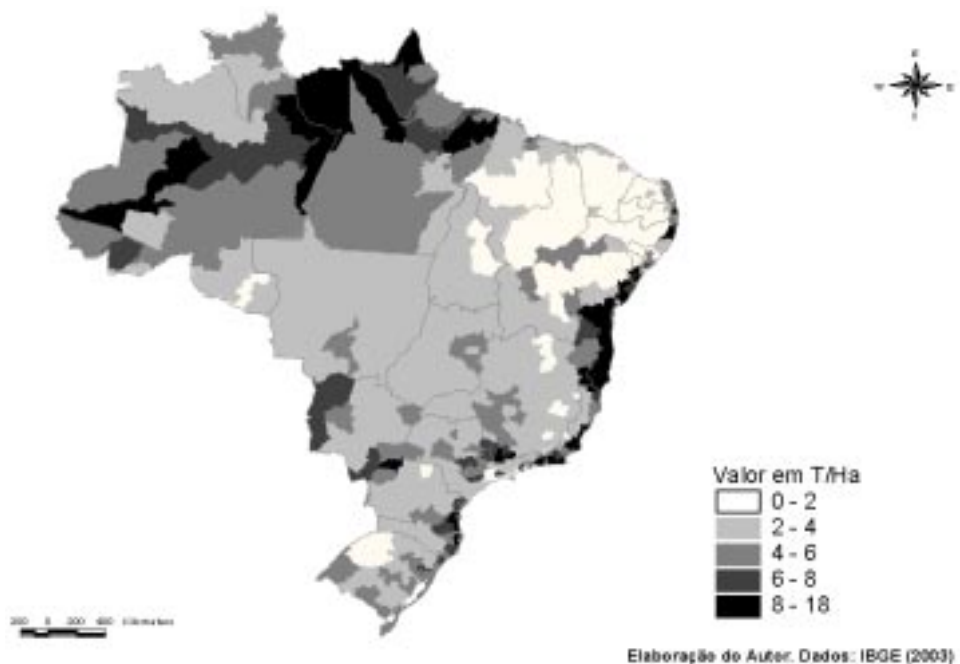


A constante fragmentação das pequenas propriedades, oprimidas e ilhadas pelo processo de concentração da terra, a falta de políticas públicas para a agricultura familiar e o tamanho ínfimo das pequenas propriedades, ineficientes para produção em função do tempo de pousio requerido pela terra, são fatores limitantes da atividade agrícola dos pequenos produtores pouco capitalizados. Isto gera uma forte pressão sobre o uso da terra nas pequenas propriedades, culminando em fracas colheitas, que também são fatores agravantes da pobreza e da fome.

Segundo João Pedro Stedille, Líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Brasil possui 3,9 milhões de estabelecimentos pobres que exploram áreas insuficientes para seu sustento e 4,9 milhões de famílias sem terra, refletindo a elevada concentração da propriedade da terra. Nos Estados do Piauí e Paraíba a média das famílias que vivem no meio rural como trabalhadores que estão passando do fome chega a 70% do total (STEDILLE, 2000).

A figura 5 destaca a distribuição espacial da produtividade de grãos nas 558 microrregiões dos estados brasileiros em 2002. O mapa aponta que a baixa produtividade agrícola se concentra, em sua maior parte, nos estados que compõem a região Nordeste.

Figura 5 – Produtividade de grãos nas microrregiões brasileiras em 2002



As causas decorrentes dessa baixa produtividade são a falta de políticas agrícolas para os pequenos agricultores, a pressão dos grandes latifúndios, a falta de crédito agrícola e de assistência técnica para direcionar uma exploração racional da terra pelo pequeno produtor rural, o desgaste excessivo da terra devido à sua fragmentação, formando áreas

insuficientes para o sustento da família e a carência de saúde e energia de grandes grupos de populações atingidos pela pobreza e pela fome.

Uma comparação entre a evolução das produtividades de grãos entre 1990 e 2002 indica que grande parte das microrregiões brasileiras tiveram aumentos significativos no período, porém, as microrregiões situadas no Nordeste ou continuaram na mesma situação, ou reduziram as suas produtividades no período referido.

Enquanto a produtividade das culturas alimentares básicas da sociedade brasileira – tal como o arroz e o feijão, cresceram entre 1970 e 1998, respectivamente 1,5 e 1,4 vez, culturas de exportação como a cana-de-açúcar e soja, que receberam de forma mais intensa a modernização e os incentivos fiscais e financeiros, cresceram respectivamente 5,2 e 16,6 vezes (IBGE *apud* RAMALHO, 2003)⁸.

Burnier (2000) aponta que a melhor distribuição entre os grupos de alimentos nos estados do Brasil deve-se à existência de uma estrutura fundiária menos concentrada nos estados. Porém, a modernização brasileira privilegiou a grande propriedade agrícola, fato visualizado nas características do espaço agrário brasileiro, onde apenas 1% dos proprietários são donos de 46% de todas as terras.

Os latifundiários, detentores da maior parte das terras, vêm explorando uma grande quantidade de arrendatários e parceiros, milhões de agricultores que não possuem a terra para o cultivo. A figura 6 exhibe a área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor como parceiro nas 558 microrregiões dos estados brasileiros, de acordo com o último *Censo Agropecuário* do IBGE em 1995/96.

As microrregiões dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e Minas Gerais são aquelas nas quais prevalecem as maiores áreas de estabelecimentos com terras exploradas segundo a condição do produtor como parceiro. A maior parte dessas áreas coincide com os locais marcados por grandes propriedades agrícolas. Esta coincidência também é perceptível, em menor escala, nos Estados de Roraima, Rondônia, Acre, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Goiás.

O sistema de parceria, que consiste num tipo de relação de trabalho pré-capitalista é, no entanto, vítima do processo de acumulação do capital pela atividade agrícola desenvolvida nas áreas de grande concentração fundiária, visto que estas também incorporam as relações não capitalistas de produção (como no caso da parceria), visando a maximização dos seus lucros.

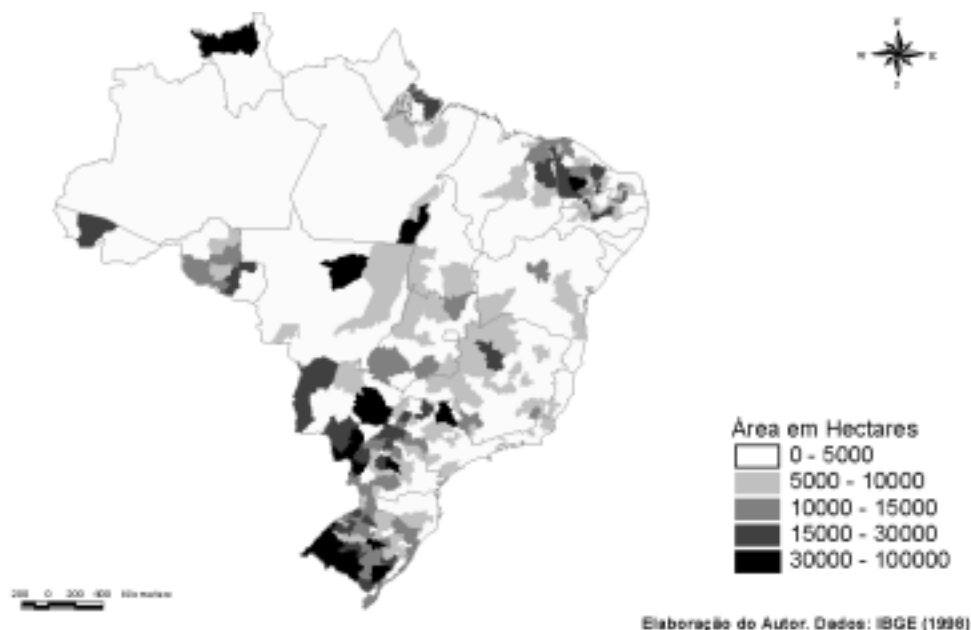
A concentração de capital entre poucos produtores, e a ampla hegemonia do capital financeiro na atividade agrícola no território brasileiro, agem mais uma vez como elementos concentradores da terra, o que acaba por obrigar os pequenos produtores a se sujeitarem como trabalhadores arrendatários, parceiros ou assalariados nas grandes fazendas, ou ainda, a migrarem para os centros urbanos, gerando um excedente de mão-de-obra pouco qualificada nas periferias das cidades.

A TERRITORIALIDADE DA POBREZA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Os estudos geográficos da pobreza e da fome permitem-nos identificar a real situação de miséria enfrentada pela sociedade brasileira, fruto de uma apropriação diferenciada dos recursos produzidos no território por uma restrita parcela de agentes, tendo como consequências negativas a crescente reprodução da pobreza, da fome e conseqüentemente da exclusão social.

⁸ A recente parceria entre a Monsanto e a Embrapa para estudo da soja resistente a um tipo de herbicida mostra que nos investimentos priorizados pelo Estado, as culturas voltadas para exportação têm sido beneficiadas em detrimento das culturas alimentares básicas do brasileiro.

Figura 6 - Área dos estabelecimentos destinados a parceiros nas microrregiões brasileiras em 1995/96



A ampliação da pobreza, da miséria e da fome se dá num momento de passagem de um “meio natural” para um “meio geográfico” (SANTOS, 1998), com acumulação sem precedentes, processo contraditório que intensifica tanto a abundância como a escassez, tal como destaca Tozi (2003). A apropriação diferenciada dos recursos por seletos grupos sociais, fruto de um desenvolvimento excludente, provocou uma extrema concentração de riquezas nas mãos de poucos, e uma maximização da pobreza em nível mundial.

No Brasil, a desigualdade de renda é considerada uma das mais elevadas do mundo, sendo inferior apenas àquela observada para o caso de Burundi, na África (PAES DE BARROS *et al.* 2001). Enquanto os 20% mais pobres detêm apenas 2% da renda nacional, os 20% mais ricos abarcam 63%. Esta divergência social conflitante explica a existência de grande parcela dos miseráveis na população brasileira, visto que 32 milhões de brasileiros passam fome todos os dias, sendo que destes, 4 milhões estão concentrados nas capitais e 17 milhões no campo (STEDILLE, 2000).

Como destaca Rattner,

[...] a maior desigualdade [na distribuição da renda] vem acompanhada de um crescimento demográfico maior, o que intensifica a pressão sobre as finanças públicas e os recursos naturais. Por último, a desigualdade impede a coesão e solidariedade políticas, acirrando os conflitos distributivos (invasões dos Sem Terra, sem teto e desabrigados). Cria um clima propício para a ascensão de políticos populistas e demagogos enquanto as elites, as tradicionais e as modernas, mantêm seus privilégios, sonhando impostos e mo-

nopolizando o acesso ao crédito e aos recursos do Estado com a conseqüente distorção das estruturas de produção e consumo e o estreitamento da base produtiva da economia" (RATTNER, 2002, p.24).

No Brasil, a exclusão social, processo de desenvolvimento territorial excludente, e que extrapola as dimensões da pobreza vista enquanto renda, é uma das múltiplas dimensões que a pobreza e a fome assumem, podendo ser identificada, por meio da diferenciação entre pobres e ricos, alfabetizados e analfabetos, famintos e alimentados, proprietários e despossuídos, empregados e desempregados, entre outros.

Campos *et al.* (2003) demonstram que o fenômeno da *nova exclusão social* no Brasil, atribuída à violência e ao desemprego, foi agravado a partir da década de 1980, devido à estagnação dos índices de emprego formal e violência, decorridos do baixo crescimento econômico do país. Segundo os autores, essa *nova exclusão* se agregou à chamada *velha exclusão*, associada à baixa renda e à baixa instrução, ambas intensificadas, principalmente nos centros metropolitanos do país.

No Atlas da Exclusão Social no Brasil, Pochmann; Amorim (2003) ressaltam que cerca de 42% do total de municípios do Brasil, 21% da população brasileira, correspondem a localidades associadas a elevados índices de exclusão social⁹, onde a maioria destes municípios se localiza nas regiões Norte e Nordeste do país¹⁰. Os autores concluem que existem alguns *acampamentos de inclusão social* em meio a uma ampla *selva de exclusão*, caracterizada praticamente por todo o território brasileiro.

Os estudos nacionais sobre a pobreza têm adotado o critério da renda como parâmetro analítico, devido às dificuldades de mensuração e complexidade dos diversos aspectos que compõem a pobreza. Inúmeros autores caracterizam a chamada "linha de pobreza" como aquela formada pelos indivíduos portadores de rendimentos inferiores a ¼ do salário mínimo, no entanto, utilizamos neste trabalho a metodologia empregada por Pochmann; Amorim (2003), que consideram como pobres as famílias portadoras de menos de 1 salário mínimo por mês¹¹.

A figura 7 mostra a porcentagem de domicílios pobres (domicílios particulares permanentes com rendimentos inferiores a R\$151,00) nas 558 microrregiões dos estados brasileiros em 2000.

Considerando-se apenas as microrregiões com porcentagens de domicílios pobres acima de 30%, o Nordeste e o Norte, representantes de 36% da população nacional, possuem os maiores índices de domicílios pobres, com mais de 95% das suas microrregiões enquadrando-se nessa proporção. O Centro-Oeste, representante de 7% da população do país, apresenta 67% do total das suas microrregiões com mais de 30% de domicílios pobres. A região Sudeste, com 43% da população brasileira, mostra 48% do total das suas microrregiões com mais de 30% de domicílios pobres. A região Sul, com 15% da população nacional, dispõe de 46% do total das suas microrregiões com mais de 30% de domicílios pobres.

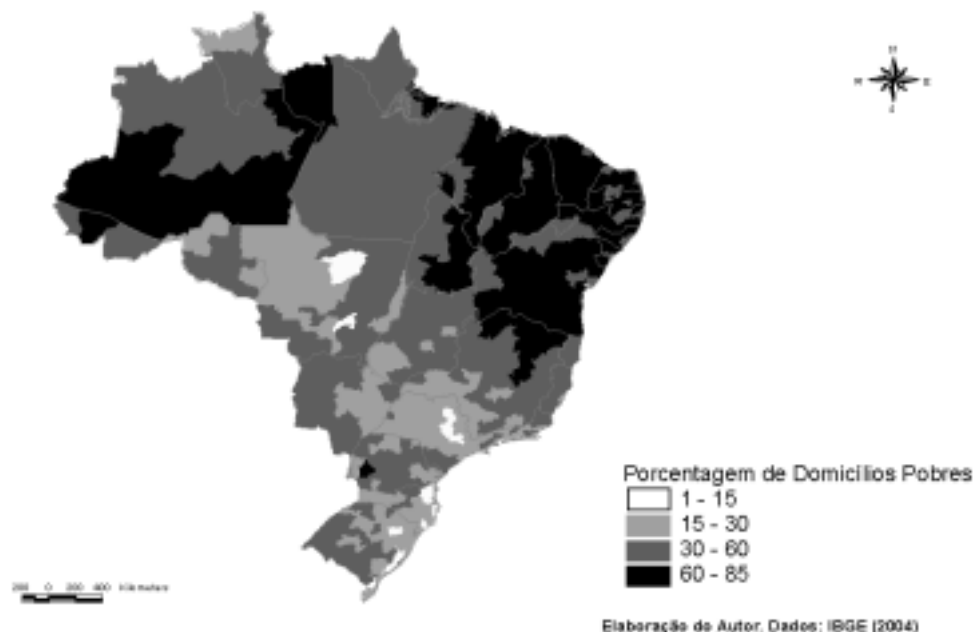
As microrregiões dos estados das regiões Norte e Nordeste, e do Norte de Minas Gerais, possuem mais de 60% de domicílios pobres, demonstrando a ausência do Estado no que diz respeito às políticas sociais redistributivas eficientes.

⁹ O Índice de Exclusão Social, elaborado por Pochmann; Amorim (2003), contempla aspectos relacionados a um padrão de vida digno (pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (anos de estudo e alfabetização) e risco juvenil (concentração de jovens e violência).

¹⁰ É importante ressaltar que os Estados da Região Norte possuem baixas densidades populacionais, representando apenas 7,6% da população nacional.

¹¹ Pochmann; Amorim (2003) utilizam a linha de pobreza fixada em 1 salário mínimo em seu Atlas da Exclusão Social no Brasil, por considerar esta muito mais representativa do que aquela que abarca os indivíduos com renda inferior a ¼ do salário mínimo. Como este trabalho utilizou-se de dados do censo obtidos no ano 2000, o valor do salário mínimo corresponde a R\$ 151,00.

**Figura 7 - Domicílios pobres nas microrregiões
brasileiras em 2000**



Os programas de renda mínima, implementados pelo Governo Federal, a despeito de serem instrumentos de distribuição de renda, mostram-se, entretanto, incapazes por si só de erradicar a miséria, pois não conseguem romper o “círculo vicioso” de reprodução da pobreza, caracterizando-se como medidas paliativas e emergenciais, pois não alteram a estrutura das relações de produção e redistribuição da renda no país. Assim, esses programas de renda mínima devem ser implementados, conjuntamente, com outros tipos de políticas sociais redistributivas mais eficientes e eficazes.

Uma importante política redistributiva seria a reforma agrária. Paes de Barros *et al* (2001), analisando o impacto de políticas de redistribuição de terras para redução da pobreza no Nordeste, observam que a reforma agrária, perfeitamente equitativa, praticamente eliminaria a pobreza da região, além de ser um instrumento eficaz no aumento da eficiência produtiva no Nordeste.

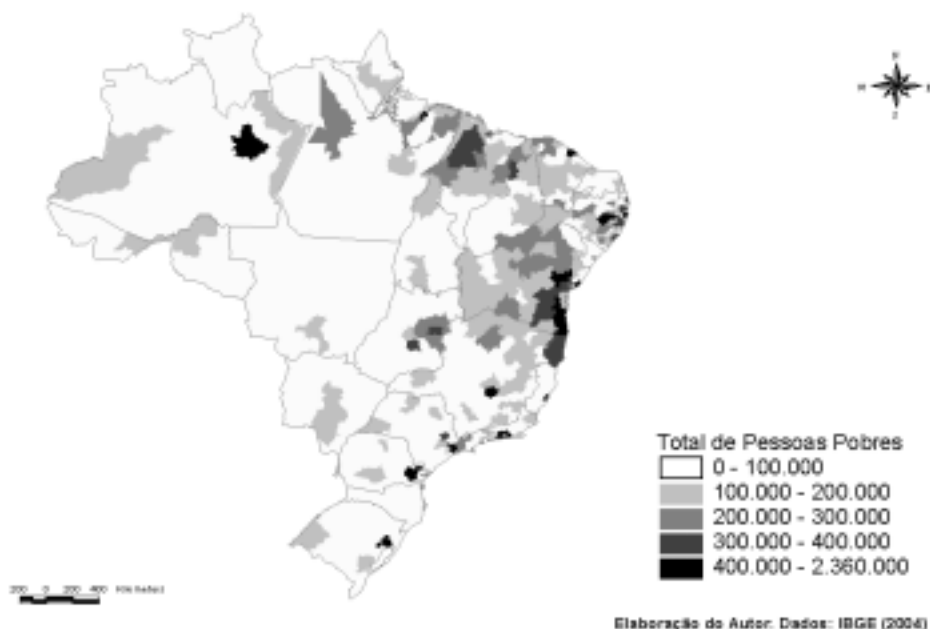
Aliado a esta política, outro importante instrumento de redistribuição de renda deveria ser capaz de criar e fortalecer mecanismos e práticas de inserção socioeconômica para os pobres. Entre esses mecanismos, poderíamos destacar a eficácia das políticas educacionais como instrumento redistributivo eficiente¹².

Os programas de renda mínima poderiam melhor se atrelar às políticas educacionais e de reforma agrária, oferecendo incentivos econômicos para os filhos de trabalhadores agrícolas freqüentarem a escola. Do contrário, a estratégia de rompimento da pobreza e da fome se mostra insuficiente para a mudança da condição do pobre, no que tange a uma mudança social duradoura.

¹² A ampla literatura existente com respeito à relação entre desigualdade, pobreza e educação pode ser consultada em Bonelli (2002).

As grandes metrópoles brasileiras, centros dinâmicos do capital, são os maiores reservatórios de pobreza, devido à sua grande participação na população do país. Capitais como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre são detentoras das maiores quantidades de pessoas com rendimentos inferiores à linha de pobreza (pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos inferiores a R\$151,00). A Figura 8 apresenta o total de pessoas pobres com rendimentos inferiores à linha de pobreza nas 558 microrregiões dos estados brasileiros em 2000.

Figura 8 - Pessoas pobres nas microrregiões brasileiras em 2000



Os grandes bolsões de pobreza, destacados em cor mais escura no mapa, correspondem às regiões metropolitanas, e às microrregiões de Manaus, Vale do Ipojuca no Agreste Pernambucano, Feira de Santana no Centro Norte da Bahia e Ilhéus-Itabuna no Sul da Bahia, que também compartilham resultados bastante insatisfatórios com as regiões metropolitanas.

Segundo Rocha (2000), as regiões metropolitanas aumentaram sua participação na pobreza brasileira entre 1980 e 2000, chegando a abrigar em 1997, aproximadamente 30% das pessoas com insuficiência de rendimentos do país inteiro.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS - PARA PENSAR O COMBATE À REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA FOME NO BRASIL

De uma forma geral, e como pudemos mostrar brevemente neste trabalho, o território brasileiro apresenta uma série de desigualdades e contradições, onde os mais prejudicados

são os pobres. Assim, a situação atual da nação é crítica, e o território pode fazer mostrar as suas carências, e também, a partir de uma análise crítica, indicar as políticas públicas capazes de produzir uma configuração territorial mais justa para o conjunto da sociedade.

A condição essencial para o rompimento da pobreza e da fome no Brasil requer, entre outras medidas, o fortalecimento da agricultura familiar, a reforma agrária e a promoção de políticas sociais redistributivas eficientes, que alterem de forma definitiva o sistema de produção e de geração de renda no país. Como foi destacado, não basta usar o território para uma produção cada vez maior de alimentos, lançando mão de todas as técnicas disponíveis no período, visto que esta produção é exportada muitas vezes para servir de ração para os rebanhos europeus. É preciso criar as condições para que o território nacional produza os alimentos que a sociedade brasileira necessita, e que estes possam ser consumidos pela parcela mais carente da sociedade.

Nas porções do território mais atingidas pelo problema da concentração de terra, a reforma agrária funcionaria como uma das principais políticas de redistribuição e geração de renda, desde que amparada de uma forma eficiente pelo Estado, criando mecanismos de orientação do pequeno proprietário para a produção, e principalmente para a circulação desta no mercado.

A propriedade agrícola deve ser equitativa em termos de acesso a financiamentos, assistência técnica, de mercado e também às novas tecnologias, com políticas que contemplem as naturezas mais distintas da produção agrícola no país. Assim, a reforma agrária não reside somente na desapropriação dos latifúndios improdutivos e na sua distribuição aos trabalhadores sem-terra. Ela deve ser debatida num processo de releitura das relações sociais e econômicas do país, de uma forma muito mais ampla e que contemple os interesses da nação e do território como um todo.

O MST e uma série de outros movimentos sociais, na cidade e no campo, que lutam pelo combate à pobreza, fome e concentração de terra no Brasil, são exemplos de agentes privilegiados para a produção de um novo discurso, que também é revelador do atual uso corporativo do território, e poderão assim fazer com que a nação como um todo tome consciência dos processos alienadores que orientam as políticas de uso do território brasileiro neste período atual.

Referências

- BENARDE, M. A. **Corrida contra a fome**. Tradução de Tereza Borba Gallo e Avelino Corrêa. São Paulo: Atlas, 1971. 120p.
- BONELLI, R. Crescimento, desigualdade e educação: notas para uma resenha com referência ao Brasil. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, vol. 6, n. 4, p. 819-873, out./dez. 2002.
- BURNIER, D. M. F. **Agricultura Brasileira: a produção de alimentos**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 387p.
- CAMPOS, A. et al. (Org.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1946.
- _____. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- _____. **Geopolítica da Fome**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- EDWARD, J. A Salvação da Lavoura. **Revista Veja**, Edição Especial, n. 30, abr. 2004. p. 73-75
- FGV. **Mapa do Fim da Fome**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GIULIO, G. D. Tecnologia agrícola favorece grande produtor. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Campinas, out. de 2003. Disponível em <http://www.epub.org.br/comciencia/> acesso em maio de 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. v. 16.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Censo Demográfico de 2000**. Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro, **Comunicação Social**, 29 abr. 2004a.

PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. IPEA, **Texto para discussão** n. 800, Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001. 29p.

PARKER, F.W. As primeiras vitórias. In: CASTRO, J. et al. **O Subdesenvolvimento Econômico**. Tradução de Antônio Sequeira Cabrita. Lisboa: Editorial Presença, 1966. p. 97-108

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Org.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMALHO, M. L. Uso do Território - Técnica e Fome. In: SOUZA, M.A.A. (Org.) **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas: Territorial, 2003. p.548-560.

RATTNER, H. **Mercosul e Alca**: o futuro incerto dos países sul-americanos. São Paulo: Edusp, 2002.

ROCHA, S. Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. IPEA, **Texto para discussão** n. 721, Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000. 26p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 4.a ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, P. M.; LIMA, J. E. A Distribuição de Terra no Brasil e nas Unidades de Federação, 1970-95/96. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.34, n. 1, p. 113-132, jan./mar. 2003.

STEDILLE, J. P. A fome e a reforma agrária. In: FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C.W. P. **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 73-85.

TEIXEIRA, J. P. F. Produção de safras recordes de grãos no Brasil: a sustentação tecnológica. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Campinas, out. de 2003. Disponível em <http://www.comciencia.br/framebusca.htm>. Acesso em maio de 2004.

TOZI, F. Geografias da Desigualdade: uso do Território Brasileiro e Fome. In: SOUZA, M.A.A. (Org.) **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas: Territorial, 2003. 495-507.

Recebido em setembro de 2004

Revisado em novembro de 2004

Aceito em abril de 2005